FUNCIONARIO PÚBLICO — REGIME DE TEMPO INTEGRAL

— *Interpretação do Decreto n.º 57.744, de 3 de fevereiro de 1966.*

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO DO SERVIÇO PÚBLICO

PROCESSO Nº 5.457-66

PARECER

II

I

Examinando indagação formulada pelo Instituto do Açúcar e do Alcool sobre a compatibilidade do exercício, por Documentarista da função gratificada de Chefe da Biblioteca, sujeita a regime de tempo integral e dedicação exclusiva, com atividades ocasionais do seu titular, sem vínculo empregatício, fora do Instituto, e relacionadas com a cultura cinematográfica e que consistem em palestras singulares e cíclicas e artigos para revistas e jornais”, deseja, preliminarmente a Comissão de Tempo Integral o pronunciamento a respeito, desta Consultoria Jurídica.

2. Não há, no processo, pormenores sobre a atividade particular, cumulativa, que se pretende exercer, nem mesmo quanto ao assunto objeto das referidas palestras e artigos para revistas e jornais, o que, no entanto, é indicado como abrangido pelo disposto no nº II do parágrafo único do art. 2º do Decreto nº 57.744, de 3 de fevereiro de 1966, que regulamentou o regime de tempo integral e dedicação exclusiva, previsto nos arts. 11 e 12 da Lei nº 4.345, de 26 de junho de 1964, e no art. 7º da Lei nº 4.863, de 20 de novembro de 1965.

3. O Decreto nº 57.744, de 1966, cita do ao dispor, no seu art. 2º, *caput*, sobre o conceito de tempo integral e dedicação exclusiva, que leva à vedação de outra atividade pública ou particular, do funcionário a êle submetido, indica, no parágrafo único dêsse mesmo preceito regulamentar o que se não compreende naquela proibição. Veja-se a sua redação:

“Art. 2º Ao funcionário sujeito a regime de tempo integral e dedicação exclusiva é proibido exercer cumulativamente outro cargo, função, profissão ou emprego público ou particular.

Parágrafo único. Não se compreendem na proibição dêste artigo:

I — o exercício em órgão de deliberação coletiva, desde que relacionado com o cargo exercido em tempo integral;

II — as atividades que, sem caráter de emprego, se destinam à difusão e aplicação de idéias e conhecimentos, excluídas as que prejudiquem a execução das obrigações inerentes no regime de tempo integral e dedicação exclusiva;

III — a prestação de assistência não remunerada a outros órgãos do serviço público, visando a aplicação de conhecimentos técnicos ou científicos, quando solicitada através da repartição a que pertencer o funcionário;

IV — a participação eventual, sem caráter empregatício, em atividades didáticas de seminários, conferências e outras semelhantes, bem como a ministração do ensino especializado, em cursos temporários de estabelecimento oficial de nível superior, comprovada a carência de especialistas do mesmo ramo."

4. A hipótese do processo, segundo se invoca, estaria compreendida no n° II do parágrafo único acima transcrito, pois que seriam atividades, sem caráter de emprego, destinadas à difusão e aplicação de idéias e conhecimentos, através de "palestras singulares e cíclicas e artigos para revistas e jornais."

5. As exceções de que cogita o parágrafo único transcrito no item 3 dêste parecer se subordinam, desde logo, a dois princípios fundamentais:

a) o não prejuízo da execução das obrigações afeitas ao cargo ou função sujeitos ao regime de tempo integral, e

b) a estreita relação entre a atividade esporádica exercida, cumulativamente, sem vínculo empregatício, com as próprias do cargo em função abrangidos por êsse regime.

6. É evidente a sujeição a êsses postulados, pois, do contrário, não se poderia falar em *dedicação exclusiva* o que pressupõe a aplicação de tóda a atividade do agente num determinado objetivo fundamental, no caso, aquêle relacionado com o desempenho do cargo ou da função em que se encontra sob regime de tempo integral.

7. Se essas atividades se acham ligadas à difusão e aplicação de idéias e co-

nhecimentos relacionados com o cargo ou com a função em cujo regime de tempo integral e dedicação exclusiva se encontre o funcionário, contribuirão para o aperfeiçoamento do próprio exercício da função pública de que se trate, pois representará a concentração de esforços do servidor no conhecimento técnico ou científico das matérias a que se prende o desempenho do cargo ou da função. Não haverá, assim, afastamento do que se terá de entender *laeto sensu*, por dedicação exclusiva.

8. Se, ao invés, a difusão e aplicação de idéias e conhecimentos são de natureza outra da dos que se relacionam "precipualemente", com o cargo ou a função sob tal regime, há desconcentração de esforços, exigem-se estudos paralelos que vulneram, por definição, em sua essência, o conceito mesmo de dedicação exclusiva.

9. Na hipótese dos autos, não há como já se disse, informes sôbre o conteúdo dessas palestras e artigos de jornais e de revistas o que é fundamental para o exame do caso concreto, inclusive quanto ao ensino técnico ou científico dessas divulgações que deverão contribuir para a captação de conhecimentos ligados à biblioteconomia ou documentação, conjunto de estudos essenciais ao desempenho da função de Chefe de Biblioteca.

10. Creio que com essas considerações, estará a Comissão de Tempo Integral habilitada a opinar sôbre a espécie, após diligência que esclareça o conteúdo das palestras e artigos que se têm em vista divulgar.

É o meu parecer.

S. M. J.

Brasília, 5 de julho de 1966. — *Clénicio da Silva Duarte*, Consultor Jurídico.

"De acôrdo. Restitua-se à COTIDE." — Em 8-7-66. — *Luis Vicente B. de Ouro Preto*, Diretor-Geral.